

RESPONSÁVEIS ASSOCIATIVOS CIGANOS RECEBIDOS NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E PELA SECRETÁRIA DE ESTADO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

Por iniciativa da Direção da FECALP (Federação Calhim Portuguesa), em 21 de novembro a Direção da FECALP (Rafael Ximenes Soares - Presidente, António Pinto Nunes - Vice-Presidente, Dinis Seabra Abreu - Vogal e José Pinto de Sousa - Presidente da Mesa da Assembleia Geral), acompanhados por José Maria Fernandes e Paulo Fernandes (Presidente e Diretor da União Romani Portuguesa), Alcina Faneca (sócia da GPAC - Associação Gypsy Produções, Presidente da FECALP), Bruno Oliveira (mediador no Hospital D. Estefânia) e Francisco Monteiro foram recebidos na Presidência da República (PR) e pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade (SECI). Na PR o grupo de responsáveis ciganos foi recebido pela Drª Maria João Ruela; a SECI, Drª Rosa Monteiro, estava acompanhada pela Assessora Drª Cristina Milagre. Em ambas as reuniões os responsáveis associativos ciga-

nos expuseram os problemas das comunidades ciganas portuguesas no que se refere: (i) à discriminação contra os ciganos designadamente nas redes sociais, (ii) às oportunidades de emprego, (iii) à habitação, (iv) à escolarização, (v) ao domínio da justiça e (vi) à participação dos ciganos, designadamente das suas associações nos programas que lhes são destinados, sobretudo naqueles que são promovidos e/ou financiados pela UE.

Do amplo e vivo diálogo que se estabeleceu em ambas as reuniões, os responsáveis associativos ciganos presentes ficaram com a esperança de terem informado e sensibilizado tanto a Presidência da República, como o Governo para a necessidade de alargamento do envolvimento dos próprios ciganos nas medidas de solução dos problemas que afetam as respetivas comunidades e que urge implementar.



Visita da AR às barracas de Bragança - Foto RR

Editorial

O GRITO DOS POBRES, O GRITO DOS QUE SOFREM INJUSTIÇA

Já falámos deste caso no Editorial do nº 88 da Caravana. Em março passado, várias famílias ciganas, por ordem do Presidente da Câmara da Vidigueira, foram escorraçadas pela GNR desta terra onde viviam, uma delas há sete anos, pelo que esta família é munícipe da Vidigueira: as crianças mais velhas vão à escola da Vidigueira, é no SNS e na SS da Vidigueira que está inscrita. Só que, infelizmente não têm dinheiro para ter uma casa ou um terreno e quando, como há bem pouco

tempo aconteceu, tentam alugar uma casa, acertaram o preço e o sinal, quando os donos viram que eram ciganos não lhes alugaram a casa. Desde março passado que a GNR da Vidigueira não deixa esta família em paz, perseguindo-a para onde quer que vá, na área da sua jurisdição. Pouco interessa à GNR da Vidigueira, distrito de Beja, a legislação sobre os direitos dos portugueses à habitação, como prontamente o ACM (Alto Comissariado para as Migrações) recordou em comunicado do passado mês de março. "Não podem estar aqui" e ainda recentemente guardas da GNR lhes rasgaram o toldo em que se abrigavam, no terreno de uma familiar,

(Continua na pág. 2)

“MEDIADOR CIGANO É PROMOTOR DE IGUALDADE E DE JUSTIÇA SOCIAL” REFERIU BRUNO OLIVEIRA* AO OBCIG

Boletim do OBCIG de dezembro

Entrevista realizada em novembro de 2018, em Lisboa – secção Vozes Ciganas na mediação Intercultural – (Parte I) Entrevistas

Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig): Como surgiu a oportunidade de ser mediador intercultural?

Bruno Oliveira (BO): A oportunidade de ser mediador intercultural surgiu-me através de um curso que fiz na Pastoral dos Ciganos em Lisboa, que teve a duração de dois anos.

ObCig: O que significa para si ser mediador intercultural?

BO: Ser mediador intercultural para mim significa ser uma mais-valia tanto para a sociedade maioritária como para a comunidade cigana, nomeadamente para a comunidade cigana de Lisboa.

ObCig: Na sua perspectiva, qual é o papel do/a mediador/a na sociedade?

BO: O papel do mediador na sociedade é um elo de ligação, promotor da interculturalidade e promotor de igualdade e justiça social.

ObCig: Como acha que as pessoas olham para o/a mediador/a?

BO: Eu acho que as pessoas olham para o mediador, quando o conhecem, quando conhecem realmente o papel do mediador, olham como uma mais-valia, como

uma pessoa de confiança. Quem não conhece, eu acho que estamos um bocadinho subvalorizados.

ObCig: Lembra-se de alguma situação em particular que o tenha levado a reflectir mais sobre o papel de mediador?

BO: Houve várias situações que me levaram a pensar mais sobre o papel de mediador intercultural, especificamente quando faleceu uma criança e o pai agarrou-se a mim a chorar e eu senti que era necessário ter mais formação sobre a interculturalidade e a mediação para dar mais alguma coisa à comunidade cigana.

ObCig: Se pudesse, o que mudaria no papel do/a mediador/a?

BO: Se eu pudesse mudar alguma coisa no papel do mediador era a carreira, porque nós não temos uma carreira de mediador, acho que faz muita falta haver uma carreira de mediador e também uma maior valorização por parte das instituições.

ObCig: O que acha que é importante mudar na sociedade para que esta se transforme numa sociedade intercultural?

BO: O que se tem de mudar nesta sociedade para que esta sociedade se transforme numa sociedade intercultural, primeiro tem que haver uma aposta nos mediado-

(Continua na pág. 3)



Editorial

(Continuação da pág. 1)

deixando à chuva quatro crianças, a mais pequenas das quais seriamente doente. Estes portugueses sentem-se na diáspora, como dizem, na sua própria terra, desesperados. O Presidente da Câmara que ainda há pouco tempo teve a distinção de organizar uma reunião do seu Partido, difundida na TV, diz-lhes sistematicamente: não temos solução para vocês. Finalmente a família conseguiu alugar uma casa na Vidigueira a um familiar. Pois até aí a GNR da Vidigueira foi importunar esta família: bateram no dono da casa, partiram os vidros do carro de um familiar, partiram a louça da casa de jantar e deram cabo do fogão de que a família se serve para se alimentar e sujaram a roupa que estavam a lavar num ribeiro perto. A família foi queixar-se à GNR... da Vidigueira; a resposta que tiveram: “ainda foi pouco”.

De tudo isto tem sido dado conhecimento às auto-

ridades deste país; resultado: investigações? talvez, não se sabe; punições dos culpados? certamente que não, caso contrário não voltavam aos mesmos procedimentos, agravando-os de cada vez, até chegarem aos atos criminosos de vandalismo que acabámos de descrever.

Entretanto o país adormece tranquilo, não ouvindo os gritos de quem assim é tratado. Há tantas coisas mediáticas que interessam, porquê olhar para uns pobres ciganos ignorados por um autarca que seguirá o princípio do politicamente conveniente, e perseguidos neste país que se diz democrático, por uns elementos de uma força da ordem que supostamente deve fazer precisamente isso mesmo: defender a ordem e cumprir a lei, mas que fazem o contrário em total impunidade, com conhecimento dos responsáveis deste mesmo país.

“Esperei ansiosamente pelo Senhor: ele se inclinou para mim e ouviu o meu grito” (Sl 40, 1).

Francisco Monteiro

RELATÓRIO DA AMNISTIA INTERNACIONAL SOBRE PORTUGAL

Os Direitos Humanos que ainda não se podem comemorar em Portugal

70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

“Decorridas décadas de compromissos internacionais em matéria de direitos humanos e de significativos progressos efetuados, em Portugal, no ano corrente persistiram desigualdades no acesso a uma habitação condigna, problemas na integração de requerentes e beneficiários de proteção internacional e diferentes formas de discriminação de pessoas e comunidades mais vulneráveis.

Foram ainda reportadas por órgãos internacionais de monitorização de direitos humanos situações de maus-tratos por parte das forças de segurança, problemas nos estabelecimentos prisionais, bem como reiteradas recomendações anteriores.

2018 é o ano em que o mundo comemora os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos” e em Portugal também os 40 anos da adesão à Convenção Europeia de Direitos Humanos, do Conselho da Europa.

“No último ano persistiram problemas de inadequação das condições habitacionais no país, que afetam particularmente” as comunidades ciganas.

“Foram recomendadas mudanças por parte da Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI), ...no relatório sobre Portugal no contexto do quinto ciclo de controlo, relativamente aos desalojamentos forçados e anunciado pelo Governo o compromisso de garantir o acesso de todos a uma habitação adequada.”

“Em 2018 foram motivo de particular preocupação os relatórios divulgados por órgãos internacionais de monitorização, o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes (CPT) e a ECRI, sobre maus-tratos e uso excessivo da força, condições das prisões, racismo e discriminação, também por parte das forças e serviços de segurança nacionais.

No relatório da ECRI sobre Portugal, é recomendada

a criação de um órgão independente, que reúna todas as alegações de abuso e comportamentos racistas por parte das forças de segurança e proceda a investigações independentes e eficazes. A existência de um órgão independente externo ao Ministério da Administração Interna há muito que é defendida pela Amnistia Internacional, e foi igualmente recomendada por órgãos internacionais de monitorização, incluindo o CPT.”

As comunidades ciganas, entre outras pessoas e comunidades, “continuam a enfrentar diferentes formas de discriminação, tendo sido recomendado pela ECRI o reforço da luta contra a discriminação, a exclusão e a segregação.

O crescimento do discurso do ódio também recebeu a atenção da ECRI que, no seu relatório, recomendou às autoridades portuguesas para a sua sensibilização, prevenção e erradicação, particularmente na internet.”

“2019: Oportunidades de mudança em Portugal

“Se os acontecimentos que se comemoram em 2018 são uma enorme oportunidade para refletir sobre a situação atual dos direitos humanos, aqueles que se irão comemorar em 2019 não podem deixar

de encorajar mudanças efetivas e o alinhamento com as obrigações internacionais de direitos humanos, pelo respeito, proteção e cumprimento dos direitos de todos e todas.”

A luta contra a discriminação “implica mais do que alterações legislativas. Impõe alterações políticas e práticas contínuas, sustentadas e sustentáveis, que promovam mudanças nos padrões sociais e culturais de comportamento de pessoas de todos os géneros, bem como a erradicação de estereótipos e mitos... .

O próximo ano será ainda o da terceira Revisão Periódica Universal de Portugal pelas Nações Unidas e, mais do que nunca, as atenções estarão centradas na situação geral dos direitos humanos no país e as oportunidades de mudança não poderão ser desperdiçadas.”



MEDIADOR CIGANO É PROMOTOR DE IGUALDADE

(Continuação da pág. 2)

res interculturais para haver uma sensibilização para o diálogo intercultural, só assim é que conseguimos construir um caminho para uma sociedade intercultural.

ObCig: Tendo em atenção a sua história de vida e experiência de mediação, que mensagem gostaria de transmitir à sociedade?

BO: Enquanto mediador, enquanto pessoa, a mensa-

gem que eu quero transmitir é uma frase que o Martin Luther King uma vez disse que foi: o que o assustava não era o grito dos maus, mas o silêncio dos bons.

ObCig: Quer acrescentar mais alguma coisa a esta entrevista?

BO: Quero deixar um abraço fraternal a todos os ciganos e ciganas de Portugal.

* Mediador cigano no Hospital de D. Estefânia, Lisboa

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA (CE) AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO EUROPEU (CSE) SOBRE A AVALIAÇÃO DO QUADRO EUROPEU PARA AS ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO DOS CIGANOS (ENICs) ATÉ 2020

Publicada em 4 de dezembro de 2018, o relatório da CE refere uma consulta pública feita para avaliar o período de 2011 a 2017, em resposta às Conclusões do CSE sobre “Acelerar o Processo de Integração dos Ciganos”. Os objetivos da integração dos ciganos na UE são:

1. Assegurar que todas as crianças ciganas completem pelo menos a escola primária.

2. Reduzir a diferença entre o emprego dos ciganos e o do resto da população.

3. Reduzir a diferença no estatuto da saúde

4. Reduzir a diferença no acesso à habitação e aos serviços públicos de luz e saneamento.

No que respeita ao desenvolvimento de políti-



cas ao nível nacional verifica-se progresso nas áreas da educação e saúde e retrocesso no emprego, discriminação e especialmente na habitação. As conclusões indicam que as estratégias de integração devem atuar simultaneamente nas seguintes causas de exclusão: antes de mais na discriminação e no anti ciganismo, no reduzido empenhamento político, na falta de participação dos ciganos, nas capacidades limitadas das instituições e no seu insuficiente financiamento. 60% das respostas consideram que as autoridades nacionais, regionais e locais precisam de apoio da UE para melhorar a situação dos ciganos.

5º RELATÓRIO DA ECRI SOBRE PORTUGAL

(Continuação da pág. 6)

“... financeiros e humanos para melhorar a taxa de escolarização e os resultados dos jovens ciganos e assegurar o respeito rigoroso da escolaridade obrigatória para todas as crianças ciganas.” A ECRI recomenda que as autoridades assegurem que todas as crianças ciganas cumprem rigorosamente a escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade. As autoridades deveriam também melhorar rapidamente as condições de habitação dos ciganos”.

“A ECRI recomenda às autoridades que se assegurem de que não haja casos de despejos forçados ilegais e de que todas as pessoas em risco de despejo forçado de suas casas beneficiem do conjunto de garantias previstas nos instrumentos nacionais e internacionais na matéria. Assim, toda a decisão de despejo forçado deveria ser-lhes anunciada com

uma antecedência suficiente, deveriam ter direito a proteção legal adequada e não deveriam ser despejados sem a possibilidade de realojamento numa habitação condigna”.

“A ECRI recomenda aos serviços da polícia e ao Ministério Público português que ... devem aumentar a sua interação com os grupos expostos ao racismo e à intolerância e incentivá-los a apresentar queixas”, e que “um órgão independente da polícia reúna todas as alegações de abuso e comportamentos racistas por parte da polícia e proceda a investigações independentes e eficazes a todos estes casos”, e que “introduzam no seio dos serviços de polícia uma política de tolerância zero para com o racismo. Os serviços de polícia deveriam intensificar o diálogo e a cooperação com os grupos expostos ao racismo e à intolerância”.

VI FESTA DE NATAL EM DARQUE (VIANA DO CASTELO)

Realizou-se, no dia 15 de Dezembro, a Festa de Natal para as crianças residentes no acampamento cigano de Darque, onde vivem em condições precárias, algumas dezenas de famílias. Nesta época especial para todos, criou-se pelo sexto ano consecutivo um momento de magia oferecido a meia centena de crianças privadas de condições de vida dignas, a que qualquer pessoa deve ter direito.

À semelhança de anos anteriores, a festa decorreu no templo evangélico do acampamento. A chegada do Pai Natal causou grande alegria junto de todas as crianças, que receberam prendas. Logo após foi servido um lanche. Foram momentos de convívio fraterno onde os mais velhos expuseram também os seus problemas.

Esta iniciativa do Secretariado Diocesano da Mobilidade Humana da Diocese de Viana do Castelo é possível graças ao trabalho de dezenas de pessoas voluntárias e de donativos concedidos por pessoas particulares, pela Diocese de Viana do Castelo e pela Junta de Freguesia de Darque.

Participaram na festa D. Anacleto Oliveira, bispo da nossa Diocese, os membros do Secretariado Dio-



cesano da Mobilidade Humana e o assistente espiritual Pe. Domingos Vieira, bem com outros voluntários que apoiaram o Secretariado na preparação do evento. Numa altura em que o espírito de Natal se vem perdendo, a possibilidade de estar junto desta comunidade, foi um momento propício para lhes demonstrar que não estão sós na sua caminhada. Trata-se de mais uma oportunidade de irmos ao encontro do outro, proporcionando a estas crianças e às suas famílias uma tarde de convívio, alegria e partilha. A todos quantos colaboraram e contribuíram para que este momento fosse possível, fica o reconhecimento do Secretariado Diocesano da Mobilidade Humana e a certeza que, se Deus nos der vida e saúde, para o ano, repetiremos. A todos um bem-haja!

Secretariado Diocesano da Mobilidade Humana de Viana do Castelo



ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS (ENICC) REVISTA

A RCM (Resolução do Conselho de Ministros) 154/2018 de 29 de novembro reviu a primeira ENICC criada pela RCM 25/2013 de 27 de março e alargou a sua vigência até 2022, “com o objetivo de ajustar os seus objetivos e metas e, conseqüentemente, potenciar o impacto na melhoria das condições de vida das pessoas e comunidades ciganas. A ENICC surge,

neste contexto, como uma plataforma para o desenvolvimento de uma intervenção alargada e articulada, onde os vários ministérios, municípios, organizações da sociedade civil, academia e comunidades ciganas, entre outras organizações, contribuem ativamente para a concretização dos objetivos traçados.” (ACM - Alto Comissariado para as Migrações)

5º RELATÓRIO DA ECRI SOBRE PORTUGAL

A ECRI (Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância), instituída pelo Conselho da Europa, publicou, em 2 de outubro de 2018, o 5º Relatório sobre a situação da luta contra o racismo e a intolerância em Portugal. Relativamente às populações ciganas, o Relatório afirma que “a situação das crianças ciganas é profundamente preocupante: 90% delas abandonam a escola cedo, frequentemente entre os 10 e 12 anos de idade. Apenas 52% dos homens e 18% das mulheres de origem cigana trabalham, 17% dos ciganos vivem sem água corrente e 25% não têm sanita ou casa de banho na sua habitação.” Comparativamente com o 4º Relatório (2013), a ECRI lamenta que apesar dos desenvolvimentos positivos e do progresso alcançado, designadamente com respeito às comunidades ciganas, essas iniciativas “estão ainda longe de abranger todas as comunidades ciganas.” A ECRI refere comunidades ciganas em Lisboa ainda sem o apoio de mediadores. “A comunidade cigana de Loures continua a viver num bairro de lata e “há muitos ciganos a viver em condições precárias em Lisboa; num bairro, 33% das famílias ciganas não têm alojamento próprio, 6% têm que habitar um apartamento onde vivem três famílias e 3,5% um apartamento onde vivem quatro famílias.” “Estas condições de vida precárias são uma das razões pelas quais a grande maioria das crianças ciganas que vivem nestas áreas abandonam a escola muito cedo, sem habilitações, depois do quinto ano, com apenas 10-12 anos de idade; há ainda muitas crianças ciganas que são colocadas em escolas ou classes segregadas e muitas outras sofrem discriminação.” A venda ambulante “está cada vez mais dificultada por regulamentos mais estritos e uma concorrência mais forte”. Segundo um estudo, à escala nacional, publicado em 2016, “apenas 42% das crianças ciganas (31% das raparigas e 51% dos rapazes) participavam no ensino pré-escolar. A segregação na escola era ainda substancial, sendo 11% das crianças ciganas ensinadas em classes exclu-

sivamente compostas por alunos ciganos. 90% das crianças ciganas abandonavam a escola prematuramente (em comparação com 14% da população em geral), muitas vezes com a idade de 10 – 12 anos.... Apenas 35% dos ciganos entre os 20 – 62 anos de idade trabalhavam (52% dos homens e 18% das mulheres). 17% dos ciganos viviam sem água corrente nas suas casas, 25% sem sanita, duche ou casa de banho (em comparação com 0,9% da população em geral) e 42% tinham um telhado que deixava entrar água”, ou humidade. Segundo outro estudo, entre 2400 e 3000 famílias (32% de todas as famílias ciganas) vivem em barracas, tendas ou casas móveis.”

A ECRI lamenta que “alguns dos objetivos mais importantes da ENICC não foram alcançados e apela às autoridades para que formulem os objetivos ainda mais claramente e na forma de metas de desempenho”, recolham e publiquem regularmente dados sobre os indicadores da ENICC, para avaliar a sua aplicação. As administrações chave deveriam assumir a responsabilidade por alcançar estes objetivos. “O ME e a Administração Escolar deveriam publicamente assumir como seus os objetivos da escolaridade obrigatória para todas as crianças ciganas e os níveis-alvo de sucesso escolar e de redução no abandono escolar precoce. As autarquias locais,

por seu lado, deveriam assumir a responsabilidade pelos objetivos que pertençam às suas esferas de competência. Além disso, os ciganos, os mediadores e as ONG ciganas deveriam participar ainda mais na aplicação de objetivos e medidas, de forma a tomarem mais em conta as características culturais... das famílias ciganas, por exemplo no setor da habitação.”

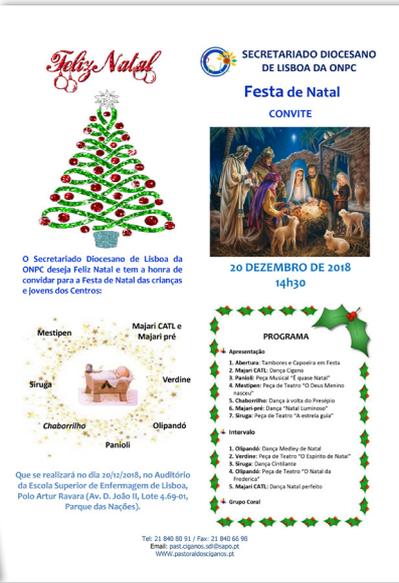
“Para evitar que a próxima geração de jovens ciganos venha também a sofrer a exclusão social e a discriminação, as autoridades deveriam, após a redução da crise económica, aumentar rapidamente os recur-

(Continua na pág. 4)



SDL – Secretariado Diocesano de Lisboa da Pastoral dos Ciganos

Convite para o Natal e fotos dos jornais do 1º período de um dos cinco ATLS e do Pré-escolar do SDL



SUBCOMISSÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA VISITA BAIROS DE BARRACAS DE CIGANOS EM BRAGANÇA

Uma equipa de oito deputados da Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação da Assembleia da República, deslocou-se a Bragança, no dia 11 de fevereiro do corrente, com o objetivo de conhecer a situação das comunidades ciganas residentes no concelho. Esta visita organizada com a colaboração do Serviço Diocesano das Migrações e Minorias Étnicas da diocese de Bragança e Miranda, vindo de encontro à missão deste Serviço, colocou na ordem do dia uma situação para a qual, desde sempre, se tem vindo a chamar à atenção.

Assim, puderam constatar a situação degradante em que estas pessoas vivem, algumas delas no tecido urbano da cidade, onde o lixo se amontoa e as barracas são focos de doença e de insalubridade total, o que, nas palavras da deputada Helena Roseta configura uma situação imoral. Por sua vez, a deputada Catarina Marcelino, relatora do documento que irá ser elaborado, interpelou os presentes sobre como é possível existir uma situação destas em pleno século XXI, às portas da cidade que é capital do distrito.

Nota de destaque para o papel que a Escola básica dos Formarigos assume nesta conjuntura assumindo-se como mediadora de dois mundos tão distintos, onde os professores assumem uma vertente predominantemente social e pedagógica.

A visita de trabalho contemplou, ainda, a ida a uma comunidade do meio rural – Sortes onde as situações, embora preocupantes, não se revestem da gravidade que ocorre na malha urbana.

Raul Gomes

REPORTAGEM DA RÁDIO RENASCENÇA À VISITA DA AR ÀS BARRACAS DOS CIGANOS EM BRAGANÇA (internet - 13 fev - excertos)

A viver em rulotes ou barracas. Ciganos de Bragança sonham com uma casa

Bragança é o concelho com mais comunidades ciganas em barracas e acampamentos. E, por isso, recebeu a visita da Subcomissão Parlamentar para a Igualdade e não Discriminação.

No bairro dos Formarigos, em Bragança, vive uma das maiores comunidades ciganas do concelho, “em barracas e rulotes, em condições degradantes, no meio de escombros, montes de lixo e lama, ferro velho, cartões, brinquedos e amontoados de roupas espalhados pelo chão”.

Dolores Sofia, cigana de 34 anos, residente no bairro, tem dois filhos e grávida de um terceiro, refere à RR que: “é muito difícil viver aqui, principalmente quando vem a chover. Temos que andar aqui de galochas, e temos que levar os meninos ali, para aquele lado, para não irem todos atolados para a escola. Não há condições nenhuma, não temos casa de banho, não temos nada”. Já viveu numa casa, ali ao lado, que ardeu há quase dois anos. Afirma que o seu sonho é: “Ter uma casa, nem que seja longe daqui, para que os meus filhos possam crescer com condições”.

A mãe, Maria Alzira dos Santos, lamenta tudo o que perdeu no incêndio e a ‘sorte’ de agora viver com o marido doente, numa rulote sem condições, em terreno da autarquia. Alzira conta que continua a “pagar

(Continua na pág. 11)

COLÓQUIO INTERNACIONAL “MIL ANOS DE NOMADIZAÇÃO. PASSADO, PATRIMÓNIO E PROBLEMAS DOS CIGANOS UM MILÉNIO APÓS A SUA DEPORTAÇÃO DA ÍNDIA (1018-2018)”

Em 24 de novembro, a Universidade Católica Portuguesa, através do seu Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP) e do Instituto Correia de Lacerda de Estudos Orientais (ICLEO) organizou um colóquio com a participação da Diretora do CEPCEP, Marília Lopes, e a intervenção do presidente do ICLEO, Luís Filipe Thomaz.

Desde a sua aparição na Europa ocidental, em meços do século XV, que as origens dos ciganos despertaram grande curiosidade.

“A variedade dos nomes por que foram designados, como Rom, pareciam apontar para o Império Bizantino, outros como Gitano e Gipsy para o Egito, ao passo que Boémio apontava para a Boémia, no coração da Europa, e outros, como Tsiganós, Zingaro, Manuche, etc., não apontavam para parte nenhuma, já que o último significa genericamente “gente” e os dois primeiros, que parecem remontar ao persa *chaugân*, “jogo da choca, polo”, aludiam aos empurrões que de cá para lá e de lá para cá ao longo dos séculos sofreram.

Foi apenas em 1782 que o filólogo alemão Johann Christian Rüdiger... notou o parentesco entre a língua que falavam e o hindustani falado no norte da Índia, provando assim a sua origem indiana. A partir daí desenvolveram-se variadas teorias para explicar a sua migração. A maior parte das vezes considerou-se “que seriam nómadas, cuja nomadização incessante os trouxera, grupo a grupo, ao Ocidente”, teoria que “enfermava de duas pechas: ... não existem praticamente nómadas na quase totalidade da Índia e... se tivessem migrado para ocidente gota a gota, não se explicaria como puderam durante tantos séculos manter uma língua comum”. Foi só muito recentemente que, folheando as crónicas indo-muçulmanas, se descobriu uma explicação aceitável: os ciganos são, em última

análise, os descendentes da população da Kanauj, a sueste da atual Delhi, que em 1018 foi aprisionada, reduzida à escravidão e trazida para o Afeganistão pelas tropas de Mahmud de Ghazni (971-1030), o caudilho muçulmano que lançou as primeiras incursões de pilhagem sobre a Índia, arrebanhando 53.000 prisioneiros. Vendidos a seguir aos Turcos Seljúcidas e utilizados como escravos militares, participaram na conquista turca do Império Bizantino, sendo em grande

número sediados pelos Otomanos no vale do Danúbio, para guardarem a fronteira do império”. Essa teoria é testemunhada pela “análise do vocabulário da sua língua – em que abundam os empréstimos persas, arménios e gregos”.

Mal integrados, em geral, nas sociedades em cujo seio viviam, foram alvo de diversas perseguições, a última das quais por parte do regime nazi da Alemanha. Em Portugal a sua presença está atestada desde a época de D. João II. Bastas vezes denunciados como indesejáveis, foram alvo de diversos projetos de deportação, mormente para o Brasil, para onde, de facto, logo D. João III enviou alguns”.

Além do presidente do ICLEO, entrevistaram no Colóquio Elisabeth Lamanit, de França, Maria do Rosário Carneiro, Maria José Casa-Nova, Universidade do Minho, Braga / Coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas, que falou sobre “*Desnaturalizando desigualdades: educação escolar e integração emancipatória*”, e Ana Oliveira da UCP que falou sobre “Comunidades Ciganas e Diálogo Intercultural: as pontes para a inclusão”, tendo desenvolvido o projeto que leva a cabo junto das comunidades ciganas e outras, no Bairro das Murtas (Campo Grande, Lisboa).

COLÓQUIO INTERNACIONAL
MIL ANOS DE NOMADIZAÇÃO
PASSADO, PATRIMÓNIO E PROBLEMAS DOS CIGANOS
UM MILÉNIO APÓS A SUA DEPORTAÇÃO DA ÍNDIA (1018-2018)
Sábado
24 de Novembro de 2018
das 10.00 às 18.00 h
Universidade Católica Portuguesa
(Palma de Cima - Lisboa)
Sala de Exposições
Organização:
Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP / UCP)
Instituto Correia de Lacerda de Estudos Orientais

PASTORAL

Ecclesia – internet (19 nov)

Braga: Arquidiocese disponível para encontrar solução relativamente ao «Bairro dos Ciganos»

Responsáveis lamentam «triste situação de vida» dos moradores

A Arquidiocese de Braga manifestou disponibilidade para encontrar uma solução relativa ao chamado «Bairro dos Ciganos», localizado no Monte do Picoto. “A Arquidiocese (...) abraça o ideal de para todos se conseguir uma habitação condigna” e “lamenta profundamente a triste situação de vida a que estão sujeitos os moradores do Bairro dos Ciganos”.

“O Bairro do Picoto acolhe famílias ciganas desde 1998; os prédios que acolhem 80 famílias estão implantados em terrenos da Arquidiocese”.

“A Arquidiocese de Braga continua a acreditar na vontade efetiva da Câmara em solucionar os muitos problemas que no Monte do Picoto têm palco; e acredita que a Câmara Municipal de Braga, assim o deseje, conseguirá atingir o duplo objetivo de a ninguém lesar” diz a Arquidiocese num comunicado.

A autarquia de Braga refere que as casas estão em situação ilegal, mas está a tentar encontrar “uma solução de recurso”, depois da rejeição da candidatura que apresentou a fundos comunitários para reabilitar o bairro social.



DIVERSOS

Público (14 jan)

“Indesejados”: um retrato profundo do povo cigano na Europa

Non Grata, de Åke Ericson, é um retrato singular do povo cigano realizado em dez países europeus: “Eles sentem-se discriminados em todos os países que visitei”, diz o fotógrafo sueco.

Em agosto de 2009, em Breclav, na República Checa, Åke Ericson (AE), fotógrafo sueco, tomou conhecimento de uma história que viria a alterar o rumo da sua vida. “O município acabava de relocalizar duas famílias ciganas, após tê-las expulsado das suas casas – onde viviam há várias gerações – para que, no mesmo local, pudesse ser construído um centro comercial”. Ericson conheceu as duas famílias desloca-

das, “pessoas muito gentis, amistosas”, que tiveram que ir “viver a 15 quilómetros do centro de Breclav, em casas que não dispunham de água canalizada, ou aquecimento”. O desrespeito com que foram tratados sensibilizou este fotógrafo que passou os oito anos seguintes a documentar o quotidiano deste grupo étnico minoritário em dez países europeus: Roménia, Kosovo, Sérvia, Hungria, Eslováquia, República Checa, Suécia, Suíça, França e Espanha. Em oito anos, fez 18 viagens por dez países, dando origem ao fotolivro *Non Grata*, publicado em 2018, e onde “pretende desmistificar e deitar por terra os preconceitos que se formaram na Europa, acerca do modo de vida dos ciganos. ‘Quero revelar a repressão e a miséria de que são vítimas, mas também retratar aqueles que vivem integrados no quotidiano europeu’”.

“Entre o povo mais a ocidente e o mais a oriente onde estive, ... manifestaram-se grandes diferenças em termos de discriminação, integração e das condições em que vivem. Em Espanha, por exemplo, governo após governo tentou integrá-los”. “Trinta anos depois, já se dão casamentos entre roma e não-roma e a maioria das crianças já frequenta a escola pública. Também existe discriminação, mas eles estão integrados. Na Suécia, por exemplo, os ciganos ‘vivem em muito melhores condições’

do que no Kosovo, apesar de ainda lá existirem muitos em situações de sem abrigo”, afirma AE.

Mas a situação a Leste é muito diferente: “em Mitrovica (no Kosovo), há ciganos a viver em acampamentos montados sobre solos contaminados por chumbo. Em consequência, nesse local, as crianças nascem com malformações. O estado kosovar não presta qualquer tipo de auxílio a esta população”. AE é peremptório: “(os ciganos) vivem à margem da sociedade, sem quaisquer direitos humanos: sociais, políticos, culturais ou económicos”.

Em França, em 2010, o presidente francês Nicolas Sarkozy expulsou mais de dez mil ciganos, de nacionalidade romena e búlgara. “Apesar do escândalo que estalou no seio da Comissão e do Parlamento europeus, a medida manteve-se – mesmo que, nos anos seguintes, tenha perdido consistentemente, tempo de antena nos meios de comunicação social internacionais”. Em novembro de 2011, AE esteve nos arredores de Paris, em Saint Denis, e “assistiu ao desmantelamento de vários acampamentos - prática comum do

(Continua na pág. 10)

CIGANOS SÃO NOTÍCIA

(Continuação da pág. 9)

Governo francês para combater a habitação ilegal.”

Em Zurique, Suíça, “o único retrato que incluiu em *Non Grata* é referente a uma mulher roma vítima de tráfico humano para exploração sexual. ‘Li sobre o assunto e decidi ir até lá. Tive sorte, porque o bordel que encontrei, onde trabalhavam mulheres ciganas, pertencia à máfia kosovar”. Em Belgrado, na Sérvia, membros da comunidade cigana “vivem numa floresta, dormem, por vezes, sob temperaturas de 20 graus Celsius negativos’. Os roma que vivem na Sérvia foram expulsos do Kosovo pela comunidade albanesa, por terem tomado partido no conflito que marcou o país entre 1998 e 1999”.

“O foco de *Non Grata* está, sem dúvida, na região da Europa Central, e de Leste: AE passou uma parte significativa do seu tempo na Eslováquia e na Roménia, onde testemunhou os episódios mais críticos e onde a discriminação é mais evidente.”

“Na Eslováquia, AE encontrou o maior gueto cigano da Europa: Lunik IX, em Kosice. Um conjunto de edifícios construídos pelo Governo eslovaco para albergar 2500 pessoas de classe média e que é agora a residência de 7500 indivíduos de etnia cigana.... ‘Ao longo dos anos Lunik IX deteriorou-se e transformou-se num bairro de lata onde existe um escoamento de resíduos urbanos deficitário. As condições de vida são muito precárias, as casas não têm gás, água ou eletricidade’. Na Eslováquia, ter um sobrenome cigano ou viver em Lunik IX ‘é um passaporte para a pobreza e para a marginalização’.

AE procura entender o motivo pelo qual a comunidade cigana é discriminada na Europa e acredita que a génese está nas conversas que se geram no serão dos lares europeus, ‘de geração em geração’. “E é verdade que, quando as crianças saem à rua, também veem pessoas ciganas a mendigar, o que vem confirmar a tese que lhes foi imputada; mas é um fenómeno circular”.

80% dos ciganos “que deambulam, sem rumo, pelas ruas de Estocolmo, são provenientes da Roménia e emigraram para escapar às duras condições que enfrentavam no seu país”.

‘Em janeiro de 2015, a ministra do Trabalho, Família, Proteção Social e do Idoso do Governo da Roménia, Rovana Plumb, visitou Estocolmo’ e ‘durante o encontro a ministra recusou-se a admitir que existe discriminação (contra a etnia cigana) na Roménia.

Não foi capaz de assumi-lo’. Estava um dia muito frio, “Plumb recusou encontrar-se com os compatriotas ciganos no exterior”. Para AE existe uma “relação de mal-estar estabelecida entre ciganos e não-ciganos nos vários países de Leste, onde a tensão é palpável”.

“A UE tem fundos direcionados para a causa da integração desta minoria que não são usados por estes países, onde a exclusão continua a ser solução”.

AE acredita que o seu trabalho tem “o poder de mudar o rumo dos acontecimentos” e considera que a obra *Non Grata* “deveria ser vista pelo máximo número de pessoas”. “Eu não fiz este trabalho para mim ou por mim. Fi-lo com o coração, sim, mas pensando nas pessoas que retratei”.

Ecclesia – internet (10 dez)

Direitos Humanos na Assembleia da República

“Na sessão comemorativa dos 70 anos da Declaração dos Direitos Humanos, e dos 40 anos de adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos, a Assembleia da República atribuiu medalhas de ouro a pessoas e instituições da sociedade civil, pelo papel que desempenham na defesa da dignidade dos mais desfavorecidos.” A Associação ‘Letras Nómadas’, “um organismo empenhado na integração e dinamização das comunidades ciganas”, foi condecorada “pelo contributo para a integração e educação das comunidades ciganas, na eliminação ou atenuação de barreiras e divisões.”

“A presidente Olga Mariano defendeu no Parlamento, a urgência de combater o apartheid

que marca não só a relação com a comunidade cigana, mas com outras etnias em Portugal”.



Foto Ecclesia

Jornal de Notícias – online (14 nov)

Assembleia da República premeia pela primeira vez associação cigana com medalha de ouro

A associação Letras Nómadas ganhou uma das medalhas de ouro atribuídas pela Assembleia da República no âmbito do prémio Direitos Humanos 2018, tornando-se na primeira associação de pessoas ciganas a ser distinguida

A medalha de ouro, comemorativa do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos,

(Continua na pág. 11)

CIGANOS SÃO NOTÍCIA

(Continuação da pág. 10)

foi entregue em 10 de dezembro, numa cerimónia na Assembleia da República. Este ano, o Prémio foi atribuído à Obra Vicentina de Auxílio aos Reclusos, “pelo seu trabalho junto da população reclusa”. Uma das medalhas de ouro foi atribuída à Associação Letras Nómadas (ALN) “pelo seu trabalho de promoção da escolaridade e da empregabilidade nas comunidades ciganas e a formação nas áreas da história e cultura ciganas, algo inédito até agora”.

Em declarações à Agência Lusa, o vice-presidente da Associação, Bruno Gonçalves (BG), disse que “não esperavam esta distinção, mas que ficaram “muito gratos”, apesar de sublinhar que a associação não trabalha para as medalhas... mas para a inclusão das comunidades ciganas e para que haja reconhecimento da diversidade cultural nesta sociedade, de que a co-

munidade cigana há séculos faz parte, mas onde muitas vezes tem vindo a ser maltratada”.

BG acrescentou “que o objetivo da ALN é o de ajudar cidadãos ciganos a tornar a sociedade portuguesa cada vez mais rica e tolerante. Mas claro que ficamos sempre contentes com esta homenagem que nos vão fazer, o que nos traz mais responsabilidade para o futuro”.

“Sobre o facto de esta ser a primeira vez que uma associação de pessoas ciganas ser distinguida pela Assembleia da República, BG disse esperar que não seja a última vez, referindo que o atual governo tem vindo a dar ‘uma abertura e uma outra visibilidade aos portugueses ciganos que não tinha existido até agora’”.

“A propósito da medalha, BG defendeu que é ‘super importante a visibilidade que dá aos portugueses ciganos’, indo contra todas as ventanias na Europa com o aumento dos movimentos nacionalistas”.

AR VISITA BAIROS DE BARRACAS

(Continuação da pág. 7)

a renda à autarquia” e garante que tem a “conta da luz em dia”. O marido é doente e já está reformado com uma pensão de 300 euros. As refeições, recebe-as diariamente de instituições da Igreja. “É a grande ajuda que temos. E a minha filha, agora, também já está a receber”, diz, acrescentando que a Cáritas diocesana também ‘ajuda e muito com roupas para as crianças’.

E importante é também, realça, o apoio e a presença constante do Serviço Diocesano das Migrações e Minorias Étnicas da Diocese de Bragança-Miranda, na pessoa da sua diretora” Fátima Castanheira (FC). “ ‘Essa foi a nossa mãe, a mãe dos ciganos todos, porque é ela quem ‘bota’ a mão a tudo, porque tem bom coração. E nós temos que gabar quem tem bom coração, conclui.”

No bairro em frente, num terreno privado, vive Ana dos Anjos (AA), com 80 anos. Vive numa barraca, rodeada de lixo.

AA é diabética, cardíaca e vive “em condições inqualificáveis”, conta FC, “que vai vê-la frequentemente para ‘ver se toma os medicamentos e dar-lhe algum carinho’. ‘Vem cá sempre ver-me. Pode estar onde estiver, mas vem sempre cá. Chega e beija-me, ao contrário das minhas filhas que não falam comigo. E quando preciso de

alguma coisa é ela que me faz.” Vive de “pedir esmola e da reforma”. Tem onze filhos, mas lamenta que nenhum quer saber dela.

Um pouco mais à frente está Arlindo dos San-



Foto RR

tos, de 39 anos e Diana Carvalho, de 21. Têm dois filhos, o mais novo tem um mês e o mais velho 16 meses. Nenhum dos dois trabalha, contam com a ajuda dos vizinhos e referem que “não é fácil viver” nas condições em que vivem. “O maior sonho era mesmo ter uma casa”.

“Sonho idêntico manifestam também os ciganos instalados na antiga lixeira de Bragança, no cruzamento de Donai. Nesta comunidade vivem em barracas cerca de quatro a cinco famílias. Mesmo à entrada, um grande charco de água deixa antever as condições precárias em que vivem adultos e crianças.

Patrícia dos Anjos (PA), tem 28 anos e dois filhos. Diz que é complicado viver como vive e só anseia “sair daqui e dar um pulo para a frente”. A família é dependente do RSI. ‘Ninguém trabalha, não porque não queiram, mas porque ‘ninguém dá trabalho aos ciganos’. ‘Há muito racismo aqui, em Bragança, e quando nos vamos oferecer para trabalhar, mesmo precisando, ao verem que somos ciganos não nos querem’, lamenta PA.”

“Somos ciganos, mas de carne e osso como os outros”, reclama Clarisse de 51 anos, sentindo-se injusti-

(Continua na pág. 12)



AR VISITA BAIROS

(Continuação da pág. 11)

çada por ser discriminada. “É verdade que nós vivemos do RSI, mas também vamos aos cursos e já temos os nossos filhos a estudar com os outros meninos. Também não precisamos de nos discriminar quando vamos pedir trabalho”.

FC “conhece os ciganos pelo nome e diz que há situações dramáticas, destacando o bairro dos Formarigos como a ‘situação que mais choca, nomeadamente algumas famílias que, de todo, nós não podemos aceitar nem podem viver com esta realidade’.

O Serviço Diocesano não tem fundos. Apoiar no encaminhamento das situações, nomeadamente para o RSI e para a formação profissional. A missão do serviço diocesano, sublinha FC, ‘passa, também, por despertar a sociedade para estas situações e trabalhar e promover o bem de todos, porque, nós sabemos que, se estas realidades não existirem, é bem para eles e é bem para toda a sociedade’. ‘Estar com os mais pobres e os mais desfavorecidos é a missão que abraçamos e o nosso objetivo é ajudar’, realça.

E são várias as instituições da Igreja de Bragança-Miranda comprometidas no apoio às comunidades ciganas. Há centros sociais e paroquiais que disponibilizam refeições, por exemplo, e a Cáritas ‘ajuda com vestuário e géneros alimentícios’, conta Cristina Figueiredo (CF). “Temos sempre muitas famílias de comunidades ciganas que nos pedem ajuda e vamos tentando responder àquilo que nós é possível”, diz CF para quem “só a vontade política pode solucionar” o problema dos ciganos em que ‘estão postos em causa os direitos humanos’.

FC refere que há “uma certa mudança (na comunidade cigana), com mais elementos a passarem pela formação profissional e uma grande evolução em termos das crianças e da escola e da ligação da própria etnia à escola. Neste momento todos os meninos estão na escola, mesmo os do pré-escolar e a transformação está a fazer-se precisamente aí”. Mas em termos de aceitação no mercado de trabalho “ainda persiste o estigma”.

As “Deputadas da Subcomissão Parlamentar para a Igualdade e não Discriminação deslocaram-se a Bragança para conhecer a realidade das comunidades ciganas. A Subcomissão vai elaborar, até julho, um relatório sobre racismo, xenofobia e discriminação étnico-racial e em Bragança, a deputada relatora, Catarina Marcelino (CM), mostrou-se surpreendida com o que encontrou. “É inaceitável que em Portugal e no século XXI haja pessoas a viver nestas condições. Cabe-nos a nós, enquanto parlamentares, verificar e chamar a atenção de quem tem responsabilidades políticas e pú-

blicas sobre esta matéria para que a situação se altere”.

Segundo CM, “há um estudo do Instituto de Habitação (IRU) que diz que Bragança é o local do país onde vivem mais comunidades ciganas em habitação não clássica, ou seja, em barracas e em acampamentos”. Ao lado, Helena Roseta (HR), deputada da comissão, acrescenta que o que se vê “é uma situação imoral!” E acrescenta: “As soluções têm que ser locais, mas têm que ter financiamento nacional. Os municípios não têm capacidade, sozinhos, para dar conta destas situações”.

HR declara que um levantamento das carências habitacionais, feito a pedido do parlamento, dava conta que “no país existem à volta de 26 mil famílias” nestas condições, mas alerta que “os números podem ser bastante maiores”. A parlamentar informa ainda que o mais recente programa que está à disposição das autarquias para estes casos “é o programa Primeiro Direito que financia realojamentos, seja qual for a razão da má condição habitacional ou a ausência da habitação”. “Mas os municípios, para terem acesso ao financiamento, têm que apresentar uma estratégia de habitação”.

O presidente da Câmara de Bragança, Hernâni Dias, revela que a autarquia fez um levantamento das famílias de etnia cigana, distribuídas pela cidade e duas ou três aldeias, com pelo menos uma centena de elementos. A autarquia tem vindo a realojar algumas famílias em habitação social e na zona histórica, mas o autarca afirma que “esta é uma situação que o município não consegue resolver por si só”.

O autarca assinala ainda que está a decorrer “um programa de integração onde todas as crianças do pré-escolar e do primeiro ciclo estão devidamente integradas nas escolas para que possam trabalhar e possam desenvolver o seu processo de integração mais normal”.



FICHA TÉCNICA

a caravana

Director: P. Frei Francisco Sales Diniz, O.F.M.

Propriedade e Editor: Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos

QUINTA DO BOM PASTOR, EST. DA BURACA, 8/12, 1549-025 LISBOA

TEL. 21 885 5468 - FAX 21 584 9514

Contribuinte N.º 501660054

Email: pastoralciganos@ecclesia.pt Internet: www.ecclesia.pt/pnciganos

Periodicidade: Trimestral

Tiragem: 900 exs.

Paginação: Paulo Nunes - Tlm. 934207548

Impressão: OCPM

Isento de registo na ERC ao abrigo da alª a) do nº 1 do artº 12 do D.R. 8/99 de 9/6, com as alterações introduzidas pelo D.R. 2/09 de 27/01.